

DO CAFEZAL À INDÚSTRIA: O EXCEDENTE DA FORÇA DE TRABALHO EM SÃO PAULO (1889-1930)

Eujacio Roberto Silveira¹

Resumo: O objetivo deste artigo é apresentar algumas características da constituição da força de trabalho urbana, como parte de um processo mais abrangente de formação da economia urbano-industrial de São Paulo. Esse fenômeno estimulou a consolidação de um mercado de trabalho para a indústria paulista, no processo de produção e reprodução do capital. Nossa abordagem está situada nas duas primeiras décadas do século XX, período em que a produção industrial paulista se consolida, devido à confluência de fatores que alavancaram o estado de São Paulo, em 1920, como o mais industrializado do país. Isso exigiu um mercado de trabalho que garantisse mão de obra barata, condição básica para o capital. Recrutados para as lavouras de café, coube aos (i)migrantes descontentes formarem excedentes de trabalho para as indústrias paulistas, somados aos “migrantes nacionais” que, depois de 1920, adensaram o mercado de trabalho em São Paulo.

Palavras-chave: Imigração, mão de obra, indústria, capital, excedente

¹ Mestre em História Econômica pela USP. Doutorando no Programa de Pós-Graduação em História Econômica da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Bolsista financiado pelo CNPq.

1. Trabalho Livre e Imigração

Na implantação do capitalismo no Brasil, três princípios nortearam o processo: a consolidação de uma economia de mercado, a universalização do trabalho livre assalariado e a expansão da ordem social competitiva.² Mas a adoção de um novo modo de produção nos moldes do trabalho livre assalariado precisava articular-se de forma a gerar excedentes mediante a uma condição básica, a subjugação do trabalhador. Este deveria ser livre e explorado, de tal forma que a sua liberdade não se confrontasse com outras alternativas se não submeter-se aos ditames do capital. Em outras palavras, era absolutamente necessário que ocorresse a reprodução ampliada das relações sociais baseadas na exploração da força de trabalho assalariada sob a lógica de dominação burguesa dos grupos oligárquicos dominantes.³ Neste novo contexto histórico, o abastecimento do mercado da força de trabalho assalariada em São Paulo se consagrou com a imigração de estrangeiros e, em segundo plano, dos chamados “nacionais”, principalmente depois de 1920.

O Conselheiro Antônio Prado, membro destacado da elite de São Paulo e de vínculos carnis com os negócios do café, ele próprio fazendeiro, antecipou que no regime da livre iniciativa sob uma sociedade que saía do regime escravista, o componente branco iria substituir o negro como agente do trabalho livre. Tendo em mente essa premissa, alegou que “a imigração em larga escala, na mais larga possível” se constituiria como solução para a economia de São Paulo. *O Correio Paulistano*, órgão de imprensa da burguesia paulista, perante a euforia da vinda de imigrantes, considerou que “a introdução do estrangeiro para cooperar na nossa produção, nos acalenta de esperanças e nos anuncia uma nova era de prosperidades cada vez mais crescentes, fazendo-nos antever inauditos progressos”,⁴ seja na produção agrícola, ou de tabela, nas próprias manufaturas urbanas. E a perspectiva dos benefícios não parava aí, ou seja, o elemento branco estrangeiro tinha que se projetar em “todas as manifestações da atividade social”. Como se vê, havia um projeto bastante ambicioso dos agentes da burguesia de São Paulo pela implantação de um mercado de trabalho baseado na força de trabalho imigrante. No entanto, foi plenamente nos meios sociais dos cafeicultores paulistas que houve um grau maior de resistência à abolição da escravatura. Para a historiadora Emília Viotti da Costa, “o único grupo no Parlamento que resistiu até o último minuto foi o daqueles que falavam pelos senhores das zonas cafeeiras mais antigas e decadentes”.⁵ Nesse grupo de cafeicultores, o escravo ainda representava um terço do valor de suas hipotecas, segundo a autora, para os novos produtores do Oeste de São Paulo, os libertos não figurariam como representantes desse novo mercado de trabalho livre; esse posto vinha sendo preparado para trabalhadores de origem europeia, que na mentalidade

2 Para Florestan Fernandes, esses três fatores constituíam a bases sobre a quais se deram a implantação do capitalismo no Brasil. Florestan identificou na campanha abolicionista seu caráter revolucionário às novas exigências do capital.

3 FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1975, p.210.

4 *O Correio Paulistano*: 30/10/1887 e 11/11/1887.

5 COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República*. 9ª edição, São Paulo, Edit. da Unesp, 1998, p.89.

dos cafeicultores da época seriam os artífices de uma nova era de prosperidade econômica para São Paulo. Mas Emília Viotti não responde totalmente à questão.

Jacob Gorender foi mais além, ao polemizar com as posições identificadas com a escola de Sociologia de São Paulo, que atribuem certa “racionalidade” na atuação “empresarial” dos fazendeiros do Oeste Novo paulista,⁶ vistos como vanguarda na luta pelo fim da escravidão, cujo “regime representava um obstáculo à expansão da racionalidade indispensável à aceleração da produção de lucro”.⁷ Ou seja, a mão de obra cativa deveria se transformar para se adequar à produção de lucro sob novo regime, embora estivesse fora dos planos dos capitalistas. Ao discordar do pressuposto segundo o qual os fazendeiros paulistas foram os portadores do embrião da modernização das relações de produção capitalistas em São Paulo, Gorender refaz o caminho dos fazendeiros paulistas na década de 1880, e constata que o emprego da mão de obra escrava ainda gerava altos lucros aos cafeicultores paulistas. Foi em São Paulo, segundo ele, que se “verificou o maior crescimento dos plantéis na fase final do escravismo, particularmente no Oeste Novo [...]”. Entre 1854 e 1886, Gorender alega que havia sucedido um vigoroso crescimento de 235% da população escrava nas terras desbravadas do Oeste Novo, o que logo traduziu-se num “fabuloso crescimento da produção cafeeira e superando de longe os aumentos do Vale do Paraíba e do Oeste Antigo”. Para o autor, é no centro mais dinâmico da economia cafeeira, e não nas regiões estagnadas, que persistiu o emprego do trabalho escravo.⁸

Na passagem para o mercado de trabalho livre no Brasil, Alexandre de Freitas Barbosa revelou que, no período imediato pós-abolição, foram adotadas várias formas de trabalho nas lavouras de café, como “as turmas de camaradas, nas quais o ex-escravo tornara-se o elemento preponderante, já acostumado à tradição do trabalho no eito”. O liberto era recrutado pelo empreiteiro que lhe proporcionava comida e um rancho no próprio cafezal, condição que não eximia uma postura social de desconfiança.⁹ A integração do negro à nova ordem social competitiva foi marcada por enorme insegurança no mercado de trabalho livre, lugar de imigrantes e trabalhadores nacionais, que São Paulo começava atrair, vindos de Minas Gerais.¹⁰ As dificuldades de inserção do trabalhador negro no meio urbano seguiu o mesmo roteiro, exclusão social. Em outros termos, a participação do negro na estrutura ocupacional urbana se mostrou especialmente deficiente, como mostra a literatura do tema.

6 Principalmente nas posições de Fernando Henrique Cardoso, Octávio Ianni e Paula Beiguelman.

7 IANNI, Octavio. *Raça e Classes Sociais no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966, p. 95.

8 GORENDER, Jacob. *O Escravismo Colonial*. São Paulo, Ática, 1988, pp. 585-586.

9 BARBOSA, Alexandre de Freitas. *A Formação do Mercado de Trabalho no Brasil*. São Paulo, Alameda Editorial, 2008, p. 145.

10 A mão de obra interna ganhará peso na acumulação capitalista de São Paulo só após 1920. Fato que não invalida sua presença em fazendas de café, no interior de São Paulo. Sobretudo no desbravamento de áreas de florestas para novos empreendimentos do café. Sobre isso, Cf. BEIGUELMAN, Paula. *A Formação do Povo no Complexo Cafeeiro*. São Paulo, 1978, pp. 109-110; e VILLELA, Anibal & SUZIGAN, Wilson. *Política do Governo e Crescimento da Economia Brasileira: 1889-1945*. Rio de Janeiro, IPEA-INPES, nº 10, 1975, apêndice B, pp. 260 a 270.

Apesar do fato de muitos colonos de origem europeia conviverem com atrasos e reduções salariais, tinham uma condição de vida melhor que os negros libertos. Em muitas ocasiões recebiam a concessão do fazendeiro de cultivar o feijão, o milho, a batata, constituindo uma economia familiar. Todavia, o elemento mais importante desta concessão era vender o excedente produzido para gerar outra renda que, no final das contas, melhor do que os salários recebidos pelo trabalho feito na fazenda.¹¹ Na outra margem, uma ampla parcela do trabalhador negro lutava por melhores colocações de trabalho numa ordem social perversa, engrossando as fileiras de um subproletariado de libertos, concentrados em ocupações rurais e áreas periféricas das cidades, parcialmente integrados à nova ordem de classes que se formava. Além do mais, o declínio da atividade cafeeira no Vale do Paraíba contaminou a passagem do escravo para o trabalho livre, tornando-a mais penosa, já que os “salários” eram ínfimos àqueles pagos no Oeste paulista. Continuar trabalhando nessas decadentes lavouras de café foi a alternativa mais viável para muitos libertos. Os patriarcas do Vale entravam em seu inverno com as lavouras em declínio.¹²

Na conturbada transição da escravidão para o trabalho livre, foi forjada a condição prévia que impedisse os novos homens livres do acesso à terra. Com esse propósito, promulga-se a Lei de Terras de 1850, a partir da qual “ficavam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja a compra”.¹³ A implosão do regime escravocrata era iminente, apesar do comércio interno de escravos ter vigorado até a década de 1880.¹⁴ tornou-se necessário estabelecer mecanismos jurídicos que impedissem os homens livres à propriedade da terra.¹⁵ A Lei nº 601, de 18/9/1850, instituiu a capitalização da terra e obrigou o trabalhador livre a permanecer nas fazendas. Logo, “num regime de terras livres, o trabalho tinha que ser cativo”, mas no regime de trabalho livre, era a terra que assumia a condição cativa. Essa transformação histórica do *status* da terra em propriedade privada teve um nítido caráter de preservar a reprodução do capital agrário. O desfecho desse processo culminou na capitalização da terra, pois, ao liberar o trabalhador, o capital liberava a si mesmo.¹⁶

Além disso, a adoção de uma ideologia do trabalho que assegurasse a tutela patronal nas novas relações de trabalho pós-Abolição vinha com força, trazia uma espécie de valorização do trabalho como atividade moralizadora e ingredientes de repressão. Impedir o acesso à terra através de barreiras jurídicas, dificultava a formação do pequeno proprietário independente. Mas antes que alcançasse tal condição, o imigrante tinha que aderir ao

11 O debate acerca dos tipos de remuneração que o trabalhador estrangeiro é conflituoso e polêmico. Cf. SILVEIRA, Eujacio Roberto. *São Paulo 1917-1921, Aprendendo a Ser Patrão: 'O Fazer-se' da Fração Industrial da Burguesia Paulista*, Dissertação de Mestrado, FFLCH-USP, 2016, capítulo 1, pp. 43-44.

12 BARBOSA, Op. cit., pp. 144-145.

13 Idem, Op. cit., p. 75.

14 Em 1850, sob forte pressão da Inglaterra, a Lei Eusébio de Queirós consagrava o fim do tráfico de escravos da costa da África para o Brasil.

15 KOVARICK, Lúcio. *Trabalho e Vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil*. São Paulo, Paz e Terra, 1994, pp.75-76.

16 MARTINS, José de Souza. *O Cativo da Terra*, São Paulo, Hucitec, 1998, pp.32-33 e 69.

trabalho na lavoura de café. Em discurso para o Senado, em 1888, o influente Antônio Prado ressaltou que,

[...] a colocação dos imigrantes nas fazendas é o melhor sistema porque, ao cabo de três ou quatro anos, [se] a família for morigerada, sóbria e laboriosa, poderá ter acumulado pecúlio suficiente à aquisição de terras, onde o seu trabalho será tanto mais frutuoso quanto se achará aclimada, conhecerá a língua nacional e terá adquirido as especiais noções da cultura, que só a prática pode dar, e que tanto variam da Europa para o Brasil.¹⁷

O discurso de Antônio Prado é bem claro no sentido de instituir os pressupostos básicos para fortalecer o circuito econômico de capitais: excedente de trabalho e alienação da terra. Bom, o resultado direto dessa mudança foi a transformação do caráter endógeno da terra, que se convertia em *renda capitalizada* e cujo comércio ficava subordinado à sua rentabilidade. A pequena propriedade no Brasil já nascia subordinada aos princípios capitalistas do sistema. Em suma, para o imigrante alcançar a condição de proprietário de terra, “ficaria assim na dependência de que oferecesse à lavoura a sua força de trabalho”.¹⁸

Nas regiões mais recentes de plantios de café, o trabalhador nacional especializara-se como *camarada ou jornaleiro*, enquanto cabia à família do imigrante o regime de colonato. Para os fazendeiros dessas zonas prósperas do café, o trabalhador nacional era requisitado para desempenhar tarefas mais árduas em todos os pontos do estado. Em geral, assumiam os serviços de derrubada da mata virgem e preparo da terra para o plantio: “O colono, acostumado ao gênero de cultura a que se dedica na Europa, estranha o pesadíssimo trabalho de desbravar a terra [...]”.¹⁹ Portanto, se antes da Abolição o braço do cativo era empregado neste tipo de trabalho, a partir de então, os trabalhadores nacionais se viram amplamente solicitados em áreas mais antigas das lavouras de café para fazê-lo. Por não haver compensações esse trabalho era rejeitado pelo imigrante, que dava preferência às lavouras mais prósperas do Oeste Novo. E como se já não bastasse os problemas nas lavouras mais antigas, o fazendeiro se queixava que, “vem agora d’além do Paraíba propaganda de proporções enormes para retirar de seus lares milhares de trabalhadores nacionais, e empregá-los nos serviços agrícolas do Oeste!”²⁰. As condições que objetivaram a substituição do negro liberto pelo branco sofreram no imediato pós-abolicionismo poucas modificações em relação às condições anteriores sob o escravismo. Como a escravidão extrapolou seu estatuto jurídico institucional, convertendo-se numa relação real sob condições históricas bem defi-

17 Apud MARTINS. A Imigração e a Crise do Brasil Agrário. São Paulo. Livraria Pioneira Editora, 1973, p. 68.

18 Ibidem, op. cit. p. 69

19 Anais da Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo, sessão de 7 de abril de 1886, discurso do deputado Almeida Nogueira, apud BEIGUELMAN, Paula. op. cit., p. 108.

20 GODOY, J. Floriano. A Província do Rio Sapucaí. São Paulo: Livraria Magalhães, 1889, apud Beiguelman, p. 109.

nidas, sua extinção jurídica ou incorporação produtiva ao trabalho do homem livre não foram suficientes para alterar o caráter do vínculo entre fazendeiros e trabalhadores livres, seja nas decadentes regiões do Vale do Paraíba ou no próspero Oeste paulista. Para o colono europeu, “a propriedade era condição da igualdade e, ao mesmo tempo, da liberdade”. Neste dilema consagrado pela Lei de Terras, para livrar-se da sujeição da propriedade, caberia ao colono se converter em proprietário.²¹

Depois de 1888, com a formação do mercado de trabalho em São Paulo, a burguesia projetou seu controle e manutenção da multidão de novos trabalhadores que justificasse em termos econômicos a substituição do trabalho escravo. O trabalho livre deveria ser abundante e barato, para produzir e reproduzir o capital, cuja dinâmica se expressava no meio rural e urbano. Os estrangeiros que aportaram em São Paulo durante a Primeira República favoreceram o surgimento de um importante mercado local, beneficiado pelo processo de urbanização em curso e impulsionado por uma infraestrutura econômica de serviços ligados à agricultura de exportação, comércio e indústria.²² As transformações socioeconômicas que o país passava, causavam uma atmosfera de euforia nas “novas elites que ascenderam com a República, de que o Brasil ‘andava a braços’ com os novos ditames do capitalismo, do progresso e da civilização”.²³

2. O Excedente de Trabalho: Campo-Cidade

A vaga imigratória que abasteceu o estado de São Paulo com mão de obra barata, destinada principalmente às lavouras de café com subvenção governamental ou não, foi crucial para consolidar o mercado de trabalho urbano-fabril de São Paulo e a principal condição para acumular capitais, já que “o custo do operário se reduz, quase que exclusivamente, aos meios de subsistência que lhes são necessários para viver e perpetuar sua espécie”.²⁴ Na concepção de história de Marx, o advento da luta de classes aparece como a gênese política do domínio de classe exercido pela burguesia ante o proletariado. Em face disso, a constituição das relações modernas entre a burguesia e o operariado presume uma relação de conflitos. Assim, quanto menor fosse os salários pagos pelo patronato, tanto melhor para a atividade industrial, que se apoiou num considerável excedente de mão de obra via êxodo rural.

21 MARTINS, Op. cit., 1998, p. 91.

22 Segundo Dowbor, a industrialização e a modernização das exportações permitiram a formação de um processo cumulativo; “O Rio de Janeiro passa de 811 mil habitantes em 1906 para 1 158 mil em 1920. São Paulo passa de 240 mil em 1900 para 580 mil em 1920 e a sua população crescerá a partir daí num ritmo de mais de 5% ao ano” (DOWBOR, Ladislau. A Formação do Capitalismo Dependente no Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1982, pp. 123-124).

23 SCHWARCZ, Lília M. “Populações e Sociedade”. In: _____. A História do Brasil do Brasil Nação: 1808-2010, vol. 3, Rio de Janeiro, objetiva, 2014, p. 39.

24 MARX, Karl, ENGELS, Friederich. O Manifesto Comunista. São Paulo, Boitempo Editorial, 1999, p. 46.

A partir de 1890, a Capital paulista vivia um dinâmico processo de urbanização estimulado pela tenacidade do capital cafeeiro, crescendo a uma taxa de 14% ao ano. Esse fenômeno fomentava a produção de mercadorias para atender novas demandas motivadas pela expansão do mercado de consumo rapidamente constituído. A organização do trabalho livre e o novo padrão de consumo dos estrangeiros foram poderosos na conformação urbana da Capital.

No Censo de 1893, havia na Capital 71.468 estrangeiros, cerca de 54,6% da população, enquanto a população nacional era de 59.307, isto é, 45,4%. Os estrangeiros correspondiam a 62% da população descrita como branca e era cinco vezes maior à “população negra e mulata da cidade, composta de 14.559 indivíduos”. Por sua vez, a população de origem nacional descrita como branca (em torno de 44.258 pessoas) era inferior a estrangeira, sendo: 44.854 italianos, 14.209 portugueses, 4.727 espanhóis, 2.320 alemães, 1.107 franceses e 948 austríacos. Cabe observar que o grupo imigrante não só era maior em termos populacionais na cidade, mas era também “o fator humano por excelência do trabalho livre” nas indústrias da capital paulista: 21% de nacionais contra 79% de estrangeiros.²⁵

De acordo com Emília Viotti, por volta de 1900, o número de estrangeiros recenseados no Brasil chegava à marca de 1.256.806, o que correspondia a 7,26% da população total do país. Neste novo cenário aberto pela imigração, o estado de São Paulo aparecia como seu principal destino, com 529.187 estrangeiros, seguido pelo Distrito Federal com 210.515, Minas Gerais com 141.647 e Rio Grande do Sul com 140.854. Essa população abrangia cerca de 80% da existente em todo o país, sendo que 48% estabeleceu-se em São Paulo. Valendo-se da obra *Sobrados e Mucambos*, do sociólogo Gilberto Freyre, a autora observa que não havia preconceito dos imigrantes em relação ao trabalho manual, traço característico da sociedade tradicional brasileira, e passaram, segundo a autora, a “controlar de maneira crescente o artesanato e o comércio de retalhos nos centros urbanos mais importantes”.²⁶

A burguesia cafeeira paulista, então hegemônica no arranjo político e econômico de poder na Primeira República,²⁷ assegurou, via subvenções e garantias estatais, as despesas reclamadas pelo fluxo contínuo de trabalhadores estrangeiros destinados às lavouras de café, assegurando força de trabalho à incipiente economia industrial. Pelos cálculos do industrial Roberto Simonsen, entre 1886 e 1902, haviam entrado no Estado de São Paulo mais de um milhão de estrangeiros, e no início dos anos de 1940, contabilizou-se em “3 mi-

25 FERNANDES, Florestan. A Integração do Negro na Sociedade de Classes. São Paulo, FFLCH-USP, Boletim nº 301, Sociologia I, nº 12, 1964, pp. 13-15.

26 COSTA, Emília Viotti da. Op. cit. pp. 255-256.

27 O conceito de burguesia cafeeira, apesar de muito empregado na historiografia, para designar sua hegemonia política no poder de Estado, não mostra as distintas frações de classe presentes nas disputas entre si. Conforme Renato Perissinoto, o papel hegemônico caberia não à lavoura, mas ao “grande capital cafeeiro”, ou seja, que não se mantinha preso à lavoura, mas começava a ser investido em bancos, casas comerciais, empresas do serviço público. Além disso, o grande capital cafeeiro muitas vezes esteve associado ao capital estrangeiro, por meio do setor bancário e importador (apud CURI. Entre a História e a Economia: o pensamento econômico de Roberto Simonsen. São Paulo: Alameda Editorial, 2015, p. 49).

lhões o total de imigrantes entrados em São Paulo”.²⁸ Na verdade, segundo dados do IBGE (1986), as entradas foram bem maiores, cerca de 4.158.717, entre 1884 e 1940.²⁹ A progressiva transferência de excedentes de trabalhadores para a indústria tinha a ver com a entrada maior de estrangeiros do que as demandas geradas pela produção cafeeira.

O secretário da Agricultura de São Paulo se referia à existência de um “excesso de trabalhadores” no Estado, por volta de 1897. Apesar disso, o governo providenciava a vinda de mais de 60.000 imigrantes nos meses seguintes e, após dois anos, essa mesma autoridade anunciava uma redução nos proventos pagos pelos fazendeiros, devido ao excesso de trabalhadores no campo. Para se ter uma ideia, atender uma produção equivalente a 10 milhões de sacas, era preciso algo em torno de 300.000 trabalhadores; ocorre que, depois de 1884, entraram no Estado mais de 750.000 pessoas, a maior parte destinada ao trabalho nos cafezais do interior paulista.³⁰

Mesmo assim, as dificuldades impostas em calcular o grau de fixação dos imigrantes que saíram do campo para engrossar o contingente urbano da força de trabalho, não invalidam a hipótese que defendemos aqui, ou seja, de que uma parcela expressiva de trabalhadores se transferiu para núcleos urbanos com atividades fabris, sobretudo na Capital.³¹ As flutuações do valor do café no mercado mundial (gerando crises), somadas às dificuldades de acesso à propriedade da terra, aparecem como fatores determinantes para uma parcela ociosa de força de trabalho deixar o campo.³²

Os subsídios à imigração bancados pelos governos paulista e federal asseguraram a oferta de trabalho no complexo cafeeiro e demais atividades agrícolas coligadas. De 1881 a 1917, os gastos relacionados à imigração da parte do Tesouro Nacional somaram 137.219:379 contos de réis. Essa verba despendida refere-se a todas unidades do país. O estado de São Paulo se beneficiou com a maior parcela, neste mesmo período desembolsou cerca de 92.000:000 contos.³³ Até 1900, o Governo Federal subsidiou de 63% a 80% das despesas geradas com a vinda de imigrantes, e só a partir da virada do século, quando foi maior a entrada de espanhóis e portugueses em São Paulo, é que se firmou uma imigração dependente de recursos públicos. Diferente de alguns autores, Lilia Schwarcz afirma que,

28 SIMONSEN, Roberto. *Evolução Industrial do Brasil e Outros Estudos*. São Paulo, Cia. Editora Nacional, Edusp, 1973, p. 212.

29 Dados empregados por Nicolau Sevcenko (1998) e Lilia Schwarcz (2010).

30 A partir de 1900, a proporção de imigrantes subvencionados pelo Estado sofre uma queda, entre 1891 e 1900 o governo arcou com os gastos de transferência de 79/9% do contingente imigratório, entre 1901 e 1910 cai para 40,1%. A participação governamental continuou decrescendo: de 1911 e 1920, a subvenção governamental cai para 36%. A política de subvenção estatal para imigrantes só terminou em 1928 (VILLELA Annibal V. e SUZIGAN, Wilson. *Política do Governo e Crescimento da Economia Brasileira: 1889-1945*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1973, p. 265).

31 SEVEVCENKO, Nicolau. *O Orfeu Estático na Metrópole: São Paulo sociedade e cultura nos frementes anos 20*. São Paulo, Cia. Das Letras, 1992, p. 139.

32 FAUSTO, Boris. *Trabalho Urbano e Conflito Social*. São Paulo, Rio de Janeiro, Difel, 1977, p. 24.

33 KOVARICK, Lúcio. *Op. cit.*, pp. 99-100.

em São Paulo, “o movimento populacional não derivava mais da expansão cafeeira, mas expressava a intensificação das atividades urbano-industriais”.³⁴

Ao promover com a expansão imigratória números que extrapolavam suas próprias necessidades, a economia do café gerava excedentes de trabalhadores que terminavam nas cidades. Em momentos de crise, não restava outra alternativa senão emigrar, tendo em vista que os outros complexos exportadores eram incapazes de absorvê-los.³⁵ O aumento da imigração subsidiada durante esse período sugere que muitos deles supriram de força de trabalho ocupações não agrícolas, evento que coincide com o iminente avanço da indústria no processo de “substituição de importações” (1914 a 1919).³⁶

Os atrativos de trabalho oferecidos pela cidade, somados aos baixos salários e precárias condições de vida no campo, levaram muitos colonos a entrar num transporte ferroviário com destino à Cidade.³⁷ O trabalho na indústria era uma opção para os desiludidos vindos do campo, mas cabe salientar que uma parcela desses desiludidos retornava à sua pátria de origem,³⁸ enquanto outros eram atraídos pela experiência urbana no próprio Oeste de São Paulo. Merece menção a Cidade de Ribeirão Preto, que, graças ao seu crescimento econômico, fruto do comércio exportador das primeiras décadas do século XX, acabou atraindo muitos imigrantes para o artesanato semi-industrial que, não raro, acabou sendo o germe da indústria; daí a cidade ter adquirido uma imagem próspera que atraía novos investidores e colonizadores de outros estados.

A população do Município saltou de 12.033, em 1869, para quase 60.000, na primeira década do século XX, seu crescimento populacional coincidiu com a entrada massiva de estrangeiros em São Paulo, transformando-se num dinâmico polo econômico do interior do Estado. Em 1913, Ribeirão Preto chegou a ter algo em torno de 22 indústrias, abrangendo os setores alimentícios, cervejeiro, farmacêutico e engenhos de açúcar, como o de Francisco Schmidt, montado em 1906. A Cia. Mogiana estendeu os seus trilhos até o engenho para escoar sua produção açucareira. Ribeirão Preto tinha uma atrativa e efervescente vida cultural noturna, que lhe rendeu a reputação de a *Petit Paris* do Brasil.³⁹

O excedente de trabalho que veio do campo contribuiu para que não houvesse pressões no mercado de trabalho urbano, fator que ajudou a manter em padrões baixos os salá-

34 SCHWARCZ, Op. cit, p. 68-69.

35 CANO, Wilson. Raízes da Concentração Industrial em São Paulo. Campinas, Editora da Unicamp, 1998, pp. 140-141.

36 O estado de São Paulo, em 1907, somava 314 estabelecimentos industriais com capital estimado em 118:346.000\$ contos de réis ouro; correspondendo a um número de operários de 22.355 em atividade. No Censo Industrial de 1920, o capital investido na indústria salta para 537:817:439. 000\$ contos de réis ouro. (Diretoria Geral de Estatísticas, Ministério da Agricultura Indústria e Comércio, Recenseamento do Brasil de 1920: Indústria, Rio de Janeiro: Typografia de Estatística, vol. V, 1927, pp. VII e VIII).

37 O transporte ferroviário, considerado por Marx “a obra suprema do capitalismo”, integrava o campo à cidade: a Cia. Paulista, Sorocabana, Mogiana, Noroeste e Alta Mogiana.

38 COSTA, Emília Viotti. Da Monarquia à República. São Paulo, Editora da Unesp, 9ª edição, 1998, p.254.

39 SILVEIRA, Op. cit., p. 128.

rios pagos pela indústria paulista.⁴⁰ Em razão das drásticas condições de trabalho locais, tanto no campo como na cidade, restavam poucas alternativas viáveis aos estrangeiros. A evasão se transformou numa das formas de protesto eficaz na tentativa de defender seus interesses e fazer valer os seus direitos. Dos mais de 1 milhão de imigrantes que entraram em São Paulo de 1884 a 1914, “cerca de metade deixaria o país em busca de outro melhor destino”. O clima repressivo no interior das fábricas levou a imprensa operária a falar em regime de “galés” e de “escravidão”. Esse *modus operandi* coadunava com o principal elemento articulador do quadro político da Primeira República, a violência.⁴¹

Os dados da tabela 1 permitem certificar que o total de imigrantes recebidos nas lavouras de café, no período de 1893 a 1928, foi quase o triplo do número de trabalhadores demandados pela economia cafeeira. Isso revela que os apelos dos cafeicultores junto ao Governo superaram as expectativas, ou seja, “para uma demanda de 430.000 novos braços, foram oferecidos cerca de 843.000 trabalhadores adultos”, levando-se em conta que 30% desse contingente representava a população infantil até os 12 anos de idade.⁴² Havia, por outro lado, *déficits* imigratórios como os apontados em 1903 (22.039), 1904 (9.549) e 1907 (12.219), entretanto, a mobilidade de mão de obra estrangeira e seu caráter transitório, seja o destino rural ou urbano, resultaram em saldos migratórios menos representativos do que o volume de imigrantes mobilizados que entraram em São Paulo.

Tabela 1: Estado de São Paulo (1893-1928), mão de obra necessária e mão de obra enviada para o café, na zona tributária do Porto de Santos

Períodos	Mão de obra necessária (a)	Mão de obra enviada (b)	Excedente (a-b)
1893-1900	164.500	290.600	126.100
1901-1909	24.000	239.200	215.200
1910-1920	85.500	353.500	268.000
1921-1928	156.000	230.700	74.700

Fonte: HOLLOWAY, Thomas Halsey. *Migration and mobility: immigrants as laborers and land-owners in the coffee zone of São Paulo, Brazil, 1886-1934*. Ph. Dissertation, University of Wisconsin, 1974, apud SPINDEL, Cheywa R. *Homens e Máquinas na Transição de Uma Economia cafeeira*, São Paulo: Paz e Terra, 1979, p. 134. (a) Estimativa do acréscimo de mão de obra necessária, em função do aumento do número de pés de café. (b) imigrantes enviados, da Hospedaria dos Imigrantes (no Brás), para as lavouras de café, na zona tributária do Porto de Santos; exceção das áreas do Vale do Paraíba e da capital do Estado.

40 CANO, *Op. cit.*, p. 143.

41 SEVEVCENKO, *Op. cit.*, pp. 143-144.

42 SPINDEL, Cheywa. *Homens e Máquinas na Transição de Uma Economia Cafeeira*. São Paulo, Paz e Terra, 1980, pp. 134-135.

Assim, a tarefa de calcular o grau de fixação rural ou incompatibilidade urbana de estrangeiros, com base nos dados de migração de retorno ou rural-urbano, é considerado muito difícil pelos estudiosos do tema, por haver grande mobilidade de mão de obra estrangeira e estáticas das mais diversas ordens.⁴³

Por outro lado, como solução do suprimento de mão de obra no incipiente mercado de trabalho em São Paulo, os industriais empregavam preferencialmente imigrantes estrangeiros em suas indústrias; evidenciando com isso, na visão do historiador Petrônio Domingues, um “corporativismo dos empregadores”, deixando em segundo plano o migrante nacional, sobretudo o negro liberto. De acordo com o Censo Industrial de 1920, o patronato fabril de origem estrangeira era 64% de todas as firmas individuais do estado de São Paulo. Desse total, cerca de 75% representava empreendimento iniciados por italianos. A onda imigrante que atingiu as lavouras de café e indústrias paulistas, contou com o benefício negado aos recém libertos do cativo. A política adotada pelo patronato foi de viés discriminatório, escancarava o projeto segregacionista do próprio Estado brasileiro de consubstanciar ideias racistas baseadas na eugenia⁴⁴. Em termos nacionais, o trabalhador negro teve uma integração precária no mercado de trabalho.⁴⁵

Conforme relatórios divulgados pelo Departamento Estadual do Trabalho sobre as condições de trabalho na indústria têxtil (1912), as maiores indústrias instaladas estavam em São Paulo, sendo 31 fábricas de tecidos na Capital, uma em Santos e outra em São Bernardo. Os dados revelam que, dos 10.204 trabalhadores empregados, apenas 1.843 tinha origem brasileira, o que representava cerca de 18%. Dos estrangeiros, 6.044 tinham origem italiana ou 59%, havendo 824 portugueses (8%) e os demais se dividindo entre outras nacionalidades.⁴⁶

No Censo de 1920, foram arrolados 100.388 trabalhadores dedicados a atividades industriais em São Paulo, seja em fábricas ou pequenas oficinas, cerca de 51% eram de origem estrangeira. Essa proporção subia nas ocupações de transportes e comunicação, saltando para 58%. De forma geral, embora a presença da força de trabalho estrangeira majoritária tendesse a enfraquecer nos anos vindouros, foi muito maior na Capital de São Paulo, tanto no setor fabril como no de serviços no período que vai de 1890 e 1920.⁴⁷ Contudo, não queremos dizer com isso que São Paulo tenha sido uma Cidade estritamente operária, o próprio Censo de 1920 mostra que a população da Capital era de 577.621 habitantes, sendo 205.245 estrangeiros. Da população total registrada na Capital, o operariado fabril correspondia a 9,5% de sua população, ou seja, 54.935 pessoas. Por conseguinte, no Estado de

43 Idem, p. 130.

44 DOMINGUES, Petrônio. Uma História não Contada: o negro, o racismo e branqueamento em São Paulo no pós-abolição. São Paulo, Senac, 2004, pp. 41-42 e 118-119.

45 Florestan enfatiza que “o negro e o mulato foram eliminados das posições que ocupavam no artesanato pré-capitalista ou no comércio de miudezas e de serviços, fortalecendo-se de modo severo a tendência a confiná-los a tarefas e ocupações brutas, mas retribuídas e degradantes” (FERNANDES, 1964, p. 13).

46 Idem, ibidem, pp. 13-24.

47 FAUSTO, Op. cit, pp. 29-30.

São Paulo o número de operários era de 84.000 operários em atividade, cerca de 65% deles trabalhavam na Capital, distribuídos em 4.145 estabelecimentos fabris.⁴⁸

De 1920 a 1934, em face do caráter dinâmico adquirido pela atividade industrial, houve um expressivo crescimento da força de trabalho nas indústrias paulistas. Em 1929 havia 8.842 empresas funcionando em São Paulo, empregando cerca de 138.000 operários. Todavia, no ano seguinte, sob o impacto com o *crack* da Bolsa de Nova York, esse número despencou para 5.388 empresas no ano seguinte. Em apenas um ano foram fechadas 3.454 empresas em São Paulo e perda de mais de 18.000 postos de trabalho em relação a 1929.⁴⁹

A economia brasileira só melhorou a partir de 1932. Já em 1933, em São Paulo há um aumento de 21% de firmas reabertas em relação a 1930, cerca de 6.555 estabelecimentos, enquanto as contratações também voltaram a crescer, passando para 171.667 operários contratados, 57% só na Capital. Por outro lado, em fase de recuperação, o valor da produção industrial paulista saltou de 1.897.188:000 mil réis em 1930, para 2.346.699:000 em 1934, com 8.575 empresas que empregavam uma massa de 203.000 operários, sendo 111.370 só na Capital. A recuperação da atividade industrial paulista se manteve, pois em 1937 o valor de produção chegava aos 3.851.878:090 mil réis.⁵⁰

Do ponto de vista social, o crescimento das unidades fabris em São Paulo gerava a coexistência de homens e seus estilos de vida tradicional àqueles encontrados nos centros modernos, reelaborando práticas culturais nem sempre condizentes com as do novo lugar, já que o processo pessoal e subjetivo vivido pelo emigrado se deu fora da sociedade brasileira. As expectativas burguesas sobre o imigrante recém chegado se frustraram continuamente. Apesar disso, procuraram fixar sua mão de obra nas fábricas, recorrendo a inúmeros esquemas de disciplinarização. O desconhecido trazia receios, pois

Mais do que outro grupo social, os imigrantes aparecem aos olhos dos setores privilegiados da sociedade imersos num estágio ameaçador de transição: recém-saídos de seus países, suas regiões de origem, ainda não definiram o novo modo de vida. Como será ele? O desconhecido assusta: é preciso que se ensine aos trabalhadores e ignorantes uma nova forma de vida [...] o trabalho fabril deve ser organizado segundo os interesses e as exigências da expansão do capital.⁵¹

48 Dados extraídos do: Recenseamento do Brasil de 1920: Indústria. Rio de Janeiro: Tipografia da Estatística, Diretoria Geral de Estatísticas, Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, volume V, 1927.

49 Dados obtidos em pesquisa nos relatórios de Estatística Industrial do Estado de São Paulo (1920-1937), elaborados pela Secretaria da Agricultura Indústria e Comércio do Estado de São Paulo.

50 Idem, *ibidem*.

51 RAGO, Margareth. *Do Cabaré ao Lar: A Utopia da Cidade Disciplinar Brasil 1890-1930*. RJ- São Paulo, Paz e Terra, 1985, pp.17-18.

A adoção de medidas coercitivas adotadas pela burguesia contra os trabalhadores visava a exploração da força de trabalho operária, estimulando um poderoso processo de acumulação do capital industrial. Para os liberais da indústria, travestidos de paternalismo moral, a carência operária se justificava pela “funcionalidade do próprio sistema, na medida em que o homem comum, identificado por sua ignorância, preguiça, falta de ambição e tendência aos vícios, necessitava da pobreza para tornar-se disciplinado e industrioso e, portanto, útil a sociedade”.⁵²

O requisito do trabalhador “industrioso e disciplinado” era crucial para aprofundar a industrialização. Novos setores surgiam, como os de fabricação de cimento, o siderúrgico (metalúrgico) e o químico, instalados em São Paulo em meados dos anos 1920.⁵³ Além de outros setores já consolidados: carne congelada, papel, bebidas, moagem de trigo, vestuário, couro, calçados, chapelaria, móveis de madeira, açúcar etc. Assim, conforme Wilson Cano, entre 1920 e 1928, o crescimento gerado pela atividade fabril de São Paulo ocorreu a uma taxa média anual de 6,6%”.⁵⁴ Na Primeira República, os incentivos governamentais se destinavam ao complexo cafeeiro. Carlos M. Paláez entende que a política de proteção do setor café havia contribuído “para retardar a industrialização brasileira” em relação às demais atividades, assim como a adoção de uma “política monetária, cambial e fiscal e bases institucionais contrárias à industrialização”⁵⁵.

A política de valorização cambial adotada pelo governo de Artur Bernardes, que favorecia as importações e tornava mais baratos os artigos estrangeiros, se mostrou perniciososa para indústria e o ramo têxtil se ressentiu enormemente.⁵⁶ Em 1928, o apogeu das importações, que havia atingido os níveis de antes da Primeira Guerra Mundial, provocou protestos no sentido de uma maior proteção tarifária, só obtida no ano seguinte. As fábricas

52 GOMES, Angela de Castro. *Burguesia e Trabalho: Política e Legislação Social no Brasil 1917-1937*. Rio de Janeiro, 1979, pp. 32-33.

53 A Companhia Brasileira de Mineração e Metalurgia, criada em 1925, localizava-se em São Caetano do Sul. Sua produção consistia apenas de ferro e aço laminado, não produzindo o ferro gusa. A usina possuía três fornos Siemens-Martin, com capacidade para 30 mil ton./ano (PALÁEZ, Carlos Manuel. “O Desenvolvimento da Indústria do Aço no Brasil”, *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, abril-junho de 1970, p. 199). A primeira grande fábrica de cimento do país, a Cia. Brasileira de Cimento Portland Perus, foi inaugurada em 1926 no bairro paulistano de Perus e 70% do capital era canadense. Nas transformações socioeconômicas dos anos de 1920, a instalação da fábrica de cimento em Perus representou um importante salto na urbanização da Capital paulista (CHAVES, Marcelo Antonio. *Perus dos Operários na Construção de São Paulo*. São Paulo: Paco Editorial, 2012, p. 51).

54 CANO, Wilson. *Raízes da Concentração Industrial em São Paulo*. São Paulo, Editora da Unicamp, 4ª edição, 1998, p.254.

55 PALÁEZ, Carlos Manuel. 1977, Op. cit. pp. 173-174.

56 Entre 1923 e 1926 o mil-réis sofreu uma valorização devido ao grande crescimento das exportações de café, e uma política monetária que repercutiu no barateamento dos bens estrangeiros importados. “Os preços das importações totais declinaram em 50% entre 1921 e 1926”, permitindo à entrada de muitos produtos no mercado interno, afetando diretamente o setor têxtil. A taxa de câmbio adotada reforçou a produção interna de café, além de evitar “a realocação de recursos para fora do setor”, mas escorregou no problema da superprodução da Crise de 1929” (FISHILOV, Albert. “Origens e Consequências da Substituição de Importações no Brasil” in VERSIANI, Flávio R., BARROS, José Roberto Mendonça de (Orgs.). *Formação Econômica do Brasil*, Edição Saraiva, 1977, p. 25).

cas mais fictícias tiveram que fechar suas portas, embora o número de novos estabelecimentos continuasse a crescer, principalmente o ramo alimentício.⁵⁷

Posto isso, a mobilidade de mão de obra de outras regiões para São Paulo em busca de trabalho e melhorias de vida revela que entre 1921 e 1930 o fluxo de entradas havia aumentado. Essa fase coincide com grandes produções agrícolas e ampliação da capacidade produtiva da indústria paulista. O Censo de 1920 classificou 100.388 trabalhadores atuando nas atividades industriais do Estado de São Paulo; o Censo informa que 51% dessa massa de empregados era composta por estrangeiros – se acrescentados 13.914 trabalhadores de transportes e comunicação, a proporção destes atingia 58%. Esse quadro sofreu mudanças já na década de 1920, quando a entrada de brasileiros de outras regiões atingiu a marca de 212.658 pessoas, procedentes de Minas Gerais e do Nordeste do país. Em geral, embora o peso da mão de obra estrangeira tendesse a decrescer com o passar dos anos, foi superior na Cidade de São Paulo, tanto no setor industrial como de serviços no período de 1880 a 1920.⁵⁸

Os dados da Tabela 2 retratam dois processos concomitantes de crescimento das atividades econômicas no Estado de São Paulo: a lavoura cafeeira e a constituição de um mercado de mão de obra para industrialização. A distinção da migração interna para São Paulo teve seu início com o processo histórico imigratório para o Brasil, onde a necessidade de controle social levou o poder público à contabilidade dos trabalhadores enviados às lavouras de café, os que chegavam, os que saíam e os que permaneciam. O “migrante nacional” não existia enquanto categoria social com a mesma conotação atribuída ao imigrante estrangeiro, mas derivou desta.⁵⁹

Tabela 2: O Estado de São Paulo (1901-1940), imigrantes nacionais e estrangeiros

PERÍODOS	NACIONAIS	ESTRANGEIROS	TOTAL
1901-1910	21866	383918	405784
1911-1920	45460	439124	484584
1921-1930	212658	475976	688734
1931-1940	450094	175672	635766

Fonte: CANO, Wilson. Raízes da Concentração Industrial em São Paulo. 4ª ed., Campinas: Editora da Unicamp, 1998.

57 IGLÉSIAS, Francisco. A Industrialização Brasileira. São Paulo, Brasiliense, 1994, p. 85.

58 FAUSTO, op. cit, p. 29.

59 MARTINS, José de Souza. “O Migrante Brasileiro em São Paulo Estrangeira”. In: PORTA, Paula (Org.) *História da Cidade de São Paulo* (vol. 3). São Paulo, Paz e Terra, 2004, p. 159.

O objetivo principal da burguesia de São Paulo era “administrar a formação e manutenção de uma superpopulação relativa em São Paulo, que justificasse economicamente a substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre e fizesse desse um trabalho barato”.⁶⁰ Daí em diante, a “migração interna” se deu em escala ampliada, com a manutenção de um mercado de trabalho que incorporava cada vez mais “nacionais” com a decretação da Lei dos 2/3.⁶¹ Assim, qualquer que tenha sido o motivo dessa migração inter-regional, cabe frisar que os maiores beneficiários foram as burguesias dos estados sulinos, que vinham em processo de industrialização mais avançada, como São Paulo e Rio de Janeiro, onde a maior parte dessa força de trabalho nacional se somou ao imigrante.

3. Conclusão

O desenvolvimento econômico de São Paulo teve na (i)migração seu fator mais importante para gerar excedentes de força de trabalho nas lavouras de café, estimulando à criação de um *exército industrial de reserva* em São Paulo.

A abundância de trabalhadores foi crucial, tanto para o capital cafeeiro como o industrial. O êxodo rural não transformou o colono em operário, pois tal fenômeno não se resumiu na simples troca de assalariados do café para a indústria, já que nesta passagem as relações entre capital e o trabalho se modificam. Dado que o processo de acumulação nesse período inicial da industrialização, o baixo custo da força de trabalho se apresentava como fator indispensável à reprodução do capital industrial, numa ordem social oligárquica que costumava fazer da modernidade um *mito de salvação*.

Assim, a criação de um mercado de trabalho estruturado num contínuo excedente de força de trabalho, alta instabilidade de empregos, salários baixos e negação de uma legislação social compõe o retrato sem retoques do processo de industrialização de São Paulo.

60 Idem, p. 155.

61 Visando o controle do trabalhador nacional, o Decreto 19.482, de 12 de dezembro 1930, limitava a entrada de estrangeiros no Brasil. No artigo 3º constava a exigência de 2/3 de brasileiros natos entre os empregados das empresas. Mas coube ao Decreto nº 20.291, de 12 de agosto de 1931, regulamentar o disposto do artigo 3º, que ampliava com mais um artigo, o 5º, que igualava a remuneração entre trabalhadores nacionais e os estrangeiros, onde a função exercida por ambos fosse igual. Fonte: (<http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/lei-dos-2-3>), acesso em 27/7/2020.

Referências Bibliográficas

- BARBOSA, Alexandre de Freitas. *A Formação do Mercado de Trabalho no Brasil*. São Paulo, Alameda Editorial, 2008.
- BEIGUELMAN, Paula. *A Formação do Povo no Complexo Cafeeiro*. São Paulo, 1978.
- CANO, Wilson. *Raízes da Concentração Industrial em São Paulo*. Campinas, Ed. da Unicamp, 1998.
- CHAVES, Marcelo Antonio. *Perus dos Operários na Construção de São Paulo*. São Paulo: Paco Editorial, 2012.
- COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República*. 9ª edição, São Paulo, Ed. da Unesp, 1998.
- CURI., Luiz Felipe Bruzzi. *Entre a História e a Economia: o pensamento econômico de Roberto Simonsen*. São Paulo: Alameda Editorial, 2015.
- DOMINGUES, Petrônio. *Uma História não Contada: o negro, o racismo e branqueamento em São Paulo no pós-abolição*. São Paulo, Senac, 2004.
- DOWBOR, Ladislau. *A Formação do Capitalismo Dependente no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1982.
- FAUSTO. *Trabalho Urbano e Conflito Social*. RJ, São Paulo, Difel, 1977.
- FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1975.
- _____. *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*. São Paulo, FFLCH-USP, Boletim nº 301, Sociologia I, nº 12, 1964.
- GOMES, Angela de Castro. *Burguesia e Trabalho: Política e Legislação Social no Brasil 1917-1937*. Rio de Janeiro, 1979.
- GORENDER, Jacob. *O Escravismo Colonial*. São Paulo, Ática, 1988.
- IANNI, Octavio. *Raça e Classes Sociais no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966.
- IGLÉSIAS, Francisco. *A Industrialização Brasileira*. São Paulo, Brasiliense, 1994.
- KOVARICK, Lúcio. *Trabalho e Vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil*. São Paulo, Paz e Terra, 1994.
- MARTINS, José de Souza. *O Cativo da Terra*, São Paulo, Hucitec, 1998.
- _____. *A Imigração e a Crise do Brasil Agrário*. São Paulo. L.Pioneira Editora, 1973.
- _____. “O Migrante Brasileiro em São Paulo Estrangeira” in PORTA, Paula (Org.) *História da Cidade de São Paulo (vol. 3)*. São Paulo, Paz e Terra, 2004.
- MARX, Karl, ENGELS, Friederich. *O Manifesto Comunista*. São Paulo, Boitempo Editorial, 1999.
- PALÁEZ, Carlos Manuel. “O Desenvolvimento da Indústria do Aço no Brasil”, *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, abril-junho de 1970.
- RAGO, Margareth. *Do Cabaré ao Lar: A Utopia da Cidade Disciplinar Brasil 1890-1930*. RJ- São Paulo, Paz e Terra, 1985.
- SEVEVCENKO, Nicolau. *O Orfeu Estático na Metrópole: São Paulo sociedade e cultura nos frementes anos 20*. São Paulo, Cia. Das Letras, 1992.
- SCHWARCZ, Lília M. “Populações e Sociedade” in *A História do Brasil do Brasil Nação: 1808-2010, vol. 3*, Rio de Janeiro, objetiva, 2014.
- SILVEIRA, Eujacio Roberto. *São Paulo 1917-1921, Aprendendo a Ser Patrão: ‘O Fazer-se’ da Fração Industrial da Burguesia Paulista*, Dissertação de Mestrado, FFLCH-USP, 2016.

XI Congresso de História Econômica:

Economia de guerra: geopolítica em tempos de pandemia
e crise sistêmica. – 23 a 27/11/2020 – São Paulo/SP

PPG
HE



fflch

USP

SIMONSEN, Roberto. *Evolução Industrial do Brasil e Outros Estudos*. São Paulo, Cia. Edit. Nacional, Edusp, 1973.

SPINDEL, Cheywa. *Homens e Máquinas na Transição de Uma Economia Cafeeira*. São Paulo, Paz e Terra, 1980.

VILLELA, Anibal & SUZIGAN, Wilson. *Política do Governo e Crescimento da Economia Brasileira: 1889-1945*. Rio de Janeiro, IPEA-INPES, nº 10, 1975.